

2. A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DO COLETIVO MARIELLE FRANCO – MULHERES UFJF: ações de combate à cultura de estupro no ambiente universitário

THE EXTENSIONIST EXPERIENCE OF THE MARIELLE FRANCO COLLECTIVE - UFJF WOMEN: actions to combat rape culture in the university environment

Joana de Souza Machado¹
Carolina Bezerra
Iuli Melo
Vitória Bergo
Bianca Marlene da Silva
Lígia Maria Fernandes

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo, por meio de método reconstrutivo de abordagem, relatar e dar visibilidade à experiência do projeto de extensão do Coletivo Marielle Franco – Mulheres UFJF. A partir da construção teórica de Scott sobre gênero, problematiza-se o ambiente universitário como espaço de relações de poder, propício às mais diversas violências de gênero. O Coletivo, criado para desnudar e impactar esse cenário, é formado por professoras, técnica-administrativas em educação, funcionárias terceirizadas e discentes de vários departamentos da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem como propósito promover ações de escuta, acolhimento, apoio e atenção às vítimas de assédio moral, sexual, estupro e diversas outras violências contra a mulher; bem como acompanhamento e proposição de melhorias das políticas, procedimentos e tratamentos institucionais em casos de violência de gênero, pautando o enfrentamento à cultura do estupro no ambiente universitário.

Palavras-chave: extensão universitária; coletivo de mulheres; violência de gênero

Abstract

The present work aims, through a reconstructive method of approach, to report and give visibility to the experience of the extension project of the Marielle Franco Collective - Women UFJF. From Scott's theoretical construction on gender, the university environment is problematized as a space of power relations, propitious to the most diverse gender violence. The Collective, created to strip and impact this scenario, is formed by female professors, technical-administrative education, outsourced employees and students from various departments of the Federal University of Juiz de Fora. Its purpose is to promote actions of listening, support, care and attention to the victims of moral harassment, sexual assault, rape and various other violence against women; as well as monitoring and proposing improvements in policies, procedures and institutional treatments in cases of gender violence, guiding the

¹ Autoras: Coordenadoras do Projeto de Extensão - Joana Machado, Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UFJF e Carolina Bezerra, Professora do Colégio de Aplicação João XXIII; e as integrantes discentes do Projeto - Iuli Melo (PPG FACED UFJF), Vitória Bergo (PPG FACED UFJF), Bianca Marlene da Silva (estudante de graduação da História UFJF) e Lígia Maria Fernandes (estudante de graduação do Direito UFJF).

confrontation with the culture of rape in the university environment.

Keywords: *university extension; collective of women; gender violence*

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo geral, por meio de método reconstrutivo de abordagem, relatar e dar visibilidade à experiência do projeto de extensão do Coletivo Marielle Franco – Mulheres UFJF. A partir da construção teórica de Scott (1997) sobre gênero, problematiza-se o ambiente universitário como espaço de relações de poder propício às mais diversas violências de gênero. Investiga-se a hipótese da necessidade de ações articuladas, voltadas ao combate da cultura do estupro no ambiente universitário, compartilhando-se a experiência extensionista do Coletivo.

São escassas as pesquisas específicas sobre violência de gênero no ambiente universitário, talvez em função da crença infundada de que a Universidade seria um local iluminado, plural, de acolhimento da diversidade, do debate de ideias. Por meio, porém, de literatura crítica e mais ampla do ambiente educacional, tem-se que as universidades não se isolam dos problemas sociais. Ao contrário, o ambiente universitário produz e reproduz em outra escala todas as contradições da formação história, política e cultural do nosso país, sendo espaço de manifestação das mais distintas discriminações que estruturam a nossa sociedade, como o racismo, o machismo, ódio de classe, e de sexualidades que não se encaixam na heteronormatividade.

Essas manifestações ainda são um desafio para as instituições de ensino que constroem e reafirmam a norma social padrão, privilegiando a experiência de sujeitos masculinos brancos, cisgêneros e cristãos. “No interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem o seu exercício, são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades” (LOURO, 1997, p.43).

Nos últimos anos no Brasil, o tema da violência contra a mulher tem crescido e trazido à tona a necessidade de ações no campo das políticas públicas, dos direitos humanos e das ações afirmativas, evidenciando a importância de se fomentar na universidade uma formação profissional ética, pautada no respeito à diversidade, à igualdade de gênero e aos direitos humanos.

Com as transformações contemporâneas oriundas dos meios de comunicação e da transformação no padrão de comportamento social existente nas relações de gênero, observa-se que as denúncias vêm se tornando cada vez mais frequentes, em muito pelo crescimento de um ciberativismo feminista. Como exemplo, podem-se citar as campanhas realizadas nas redes sociais: #primeiroassedio e #meuamigosecreto, além de sites como "Meu professor abusador", entre outros.

Pesquisa recente sobre assédio sexual nas universidades americanas, divulgando dados de um relatório extenso sobre este tema, revelou que nas Academias Nacionais de Ciência, Engenharia e Medicina mais da metade das mulheres destas áreas sofrem algum tipo de assédio.² Esse cenário se faz presente também no Brasil, assim como apontado por pesquisa divulgada em 2015, pelo Instituto Avon e Data Popular³. Em função disso, foram criados coletivos de mulheres em outras universidades públicas, como é o caso da USP, em São Paulo, e UDESC, em Florianópolis, essencialmente integrados por professoras, como forma de impactar as relações de poder tecidas em especial entre agressores professores e alunas e ampliar as possibilidades de enfrentamento conjunto da cultura de estupro.

²https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/13/ciencia/1528899877_715296.html?%3Fid_externo_rsoc=FB_BR_CM

³ <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>

No presente trabalho, será relatada especificamente a experiência extensionista do Coletivo “Marielle Franco – Mulheres UFJF”, criado para desnudar e impactar esse cenário no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esse Coletivo tem a particularidade de se compor não apenas por professoras, mas também por técnica-administrativas em educação, funcionárias terceirizadas e discentes de vários departamentos da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O trabalho se estrutura, para dar conta de seus objetivos específicos, da seguinte forma: no item 2 serão abordadas algumas construções teóricas que embasam a produção desse trabalho e as atividades do projeto de extensão; no item 3, as razões de origem do Coletivo e do projeto de extensão; no item 4, as ações já desenvolvidas; item 5, conclusão.

Violência de gênero e cultura do estupro

Os estudos de gênero têm constituído um lugar nas análises de pesquisas educacionais. Docentes, trabalhadores culturais e intelectuais, de diversas perspectivas teóricas e com diferentes visões, vêm assumindo a associação entre gênero e educação, compreendendo a educação articulada com um todo social. (LOURO, 1994; LOURO & MAYER, 2001).

Há, portanto, uma estreita articulação entre história, biologia e no gênero temos integrado de modo indissolúvel essa duas dimensões. Somente um exercício analítico - e provavelmente inútil – é que poderá distinguir o que é físico, e o que é social dos sujeitos. Se os corpos assumem a organização social, a política, as normas religiosas e culturais, também é através de manifestações físicas e corporais que se manifestam as estruturas sociais. Os processos de educação entre homens e mulheres supõe uma construção social (LOURO, 1994, p.41).

Nesses processos educativos, está implicada a transmissão/aprendizagem de princípios, valores, conhecimento e habilidades; além de supor a internalização de gestos, posturas, comportamentos, disposições apropriadas a cada sexo. (LOURO, 1994). De acordo com Joan Scott “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo o gênero um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1997, p.14). A diferença entre os sexos feminino e masculino foram hierarquizadas e remetem a uma dicotomia.

Para a autora, os elementos constitutivos dessa proposição seriam: os símbolos desenvolvidos culturalmente; as sociedades que os evocam; os conceitos normativos de doutrinas religiosas, políticas e educativas; e as intuições sociais políticas, sociais e econômicas.

Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. De fato essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e às vezes têm confrontações abertas ao seu respeito quando e em que circunstâncias, é isto que deveria preocupar os(as) historiadores(as). (SCOTT, 1989, p.21).

À medida que o gênero reafirma o caráter social do feminino e masculino se faz necessário considerar os diferentes momentos históricos e sociais. Desse modo, o gênero se configura de forma relacional, homens e mulheres em relação constituem as mais diversas formas de poder, nas quais homens vêm sendo privilegiados de forma sistêmica pelo

capitalismo, racismo (homens brancos), e o patriarcado⁴. (LOURO, 1997; SANTOS; 2010)

As desigualdades entre homens e mulheres podem ser percebidas em várias esferas da sociedade, uma vez que as relações pautam-se em concepções construídas culturalmente, atribuindo significado às ações, do que é ser feminino e masculino. As interpretações das diferenças entre homens e mulheres foram, ao longo da história, configurando-se em relações de poder entre desiguais. Na cultura do estupro estão incutidas a formação de feminilidades submissas e inseguras e masculinidades fortes e dominantes. “A ideia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária de aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição do masculino e do feminino.” (SCOTT, 1989, p. 12).

Raywen Connel⁵ reflete sobre as narrativas convencionais que regem as “políticas das masculinidades”. A autora coloca que a maioria dos meninos aprendem condutas e sentimentos que os afastam do comportamento das mulheres. Dessa forma, a construção social de uma hegemonia masculina⁶, branca, heterossexual e cristã se apoia na hierarquização da diferença daqueles que não seguem esses atributos naturalizados culturalmente. “Não existe razão alguma para suspeitar que o predomínio desse tipo de masculinidade possa significar qualquer coisa de bom para as mulheres.” (CONNEL, 1995, p.195).

Nesse sentido, na perspectiva de Michel Foucault (1984), segundo o qual o poder é descentralizado, mas não desconsiderado da política e da economia, e passa a ser percebido em extensão nas relações humanas: “há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político” (FOUCAULT, 1984 p. 267). O exercício do poder pode se dar em manobras, técnicas e disposições, que podem ser resistidas, contestadas ou respondidas, aceitas e transformadas. Ressaltando que o poder só pode ser exercido por sujeitos capazes de resistir (LOURO, 1997). Na perspectiva Foucaultiana, o contrário configura a violência.

Essa análise das relações de poder constitui um campo extremamente complexo: ela às vezes encontra o que se pode chamar de fatos, ou estados de dominação, nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares –, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. (FOUCAULT, 1984, p. 267).

O conceito de cultura do estupro entra em evidência nos Estados Unidos no ano de 1975, em consequência da repercussão de ações do grupo de "Feministas Radicais de Nova Iorque", que inspirou cineastas e escritoras. Margaret Lazarus e Renner Wunderlich produziram o

⁴ Existem várias compreensões de patriarcado que atravessam os estudos feministas para compreender a dominação masculina. Neste texto, patriarcado é entendido como formulação mais adaptada e abrangente às relações de poder contemporâneas, configurando um sistema de exploração não absoluto e inerente a outras formas de opressão (MORGANTE&NADER, 2014).

⁵ Antes Robert Connel.

⁶Raywen Connel, em "Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito", ressalta: “As masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a hegemonia na ordem de gênero societal. Não é surpreendente que homens que funcionam como exemplos no nível regional, como os "ironman" discutidos por Donaldson, exibam contradições”. (CONNEL, 2013, p.253)

documentário “Culture Rape” (1975) (Cultura do estupro). O destaque do documentário é a exposição da mídia como incentivadora da cultura do estupro, além de mostrar vários pontos de vista (homens, mulheres, ativistas) sobre o assunto (MOSSONETTO, 2015).

De acordo com Grazi Massonetto (2015), o primeiro registro do termo ocorreu no livro “Rape: The First Sourcebook for Women” (1974) (Estupro: O Primeiro Livro de Consulta para Mulheres). O trabalho de Susan Brownmiller, “Against Our Will: Men, Women and Rape” (1975) (Contra a nossa vontade: homens, mulheres e estupro), também foi pioneiro e teve grande repercussão, mas sofreu críticas após a autora defender que os homens negros eram mais violentos e, portanto, tinham potencial maior para o estupro, posição considerada racista (SMITH, 2004).

Contudo, vale ressaltar que com essa construção teórica não se pretende confundir o ato sexual consentido com violência sexual, mas compreender como esses conceitos se atravessam na concepção de agressor e vítima, na relação entre Estado e sociedade (SOUSA, 2017). Para determinar as violências de gênero, leva-se em consideração o que o Código Penal brasileiro, no artigo 213 (com as modificações trazidas pela Lei n.º 12.015, de 2009), estabelece como o crime de estupro, isto é, o crime contra a liberdade sexual de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

Antes da citada modificação legislativa, o crime de estupro era tipificado como a conduta de: “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”, o que sugeria que só mulheres fossem passíveis de serem estupradas e que o estupro só acomodasse a violência via penetração forçada do pênis na vagina. De acordo com Renata Sousa (2017), hoje, ainda é possível encontrar o entendimento falocêntrico, centrado na valorização do pênis, considerando que o estupro ocorre somente quando há penetração vaginal, desconsiderando outras formas de violência que abrangem a sexualidade e o corpo de forma geral, não se levando em conta que o crime pode ser praticado por alguém do mesmo sexo que a vítima, uma valoração excessivamente fálica, e heteronormativa, considerando relações apenas heterossexuais.

A lei 12.015/09 também abrange casos de assédio sexual por compreender que a violência não necessariamente lança mão da força física ou da penetração. O assédio sexual, nos termos do artigo 216-A, configura-se na conduta de: “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (incluído pela Lei n.º 10.224/2001).

A tipificação do assédio acomoda formas variadas de constrangimento, como importunar, molestar com perguntas ou pretensões, fazer gestos, escritas, expressões verbais, imagens transmitidas, comentários sutis, etc. (JANSSEN, 2013). Os mesmos atos sem a influência da hierarquia são entendidos como abuso sexual e também encontram-se tipificados também como crimes contra a liberdade sexual no Código Penal, no art. 214, sendo a conduta de: “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.”

A cultura do estupro se manifesta de vários modos, tratando-se de uma série de ações e discursos que, aliados a mecanismos culturais dentro das relações de poder, privilegiam o homem de forma que a imagem da mulher e, posteriormente, do que se constitui como feminino, tenha possibilidade de ser desumanizada pela violação do corpo. Dessa forma, a cultura do estupro se manifesta em um cotidiano que coage, constrange e violenta pessoas, sendo em sua grande maioria mulheres. Nas palavras de Renata Sousa (2017), “é denominado cultura do estupro o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual.” (p. 18).

A formação da comunidade acadêmica quanto às questões de gênero promove o debate

da educação como direito fundamental que precisa ser garantido a todas e a todos, sem distinção de cor, classe, gênero, idade, orientação sexual ou identidade de gênero (FARIA, VELOSO, PAULINO, 2013). É urgente o deslocamento, assim como a ressignificação, das questões de gênero articuladas à educação. É urgente pensar novas pedagogias, novas formas de olhar, aprender e ensinar para o reconhecimento da diferença e para a equidade de gênero.

O surgimento do coletivo e do projeto de extensão

Entre os anos de 2015 e 2016, a Universidade Federal de Juiz de Fora, acompanhando a tendência mundial de maior repercussão dos casos de violência de gênero, em muito decorrente do já mencionado ciberativismo feminista, recebeu diversas demandas da comunidade universitária com relação à violência contra a mulher, apresentadas à Diretoria de Ações Afirmativas. Na época, a maioria das mulheres que foram vítimas de violência não quiseram entrar com uma denúncia formal, demandando apenas escuta qualificada e acolhimento, em ambiente seguro e sigiloso. Sentiam-se inseguras quanto à exposição que o rompimento formal do silêncio lhes traria⁷.

Muitas mulheres não formalizam denúncias por medo de represálias, medo do comprometimento não só de suas carreiras e vidas acadêmicas, como também de seus empregos. Ocorre que a ausência da formalização da denúncia e, conseqüentemente, da apuração dos fatos, acaba gerando um ciclo de impunidade que se perpetua fazendo novas vítimas. Existe ainda outro medo por parte das vítimas: o de serem duplamente violentadas. A primeira violência vem do assédio ou outro tipo de violência de gênero a que foram submetidas; a segunda vem da descrença e desconfiança em relação ao conteúdo de suas denúncias, da culpabilização das vítimas, práticas recorrentes de violência institucional, que geram intimidação das mulheres e por vezes descontinuidade e/ou distorção dos processos de apuração das denúncias.

A partir das necessidades sentidas pelas vítimas de não se exporem, a Diretoria de Ações Afirmativas, naquele contexto, buscou uma resposta institucional que, preservando essa vontade, conseguisse, porém, evidenciar e debater esse cenário de violência junto à comunidade universitária e fortalecer as vítimas para outros encaminhamentos. Desse modo, as vias pensadas foram a construção de diálogos e apoio dos coletivos e movimentos sociais, feministas e LGBTTI da universidade e da cidade, chamamento público via e-mail institucional a todos/as os/as docentes e pesquisadores/as da universidade que trabalhavam com o tema, levantamento de material bibliográfico e publicações sobre a temática, pesquisa sobre as ações de enfrentamento a essa realidade realizadas em outras universidades .

Essas ações culminaram na realização da campanha: "A universidade é pública, meu corpo não", a realização da Semana da Mulher na UFJF, cuja programação contou com a presença de especialistas da própria universidade e outros vindo de fora, na qual foram levantadas várias estratégias de acolhimento às vítimas e de organização de grupos de trabalho para pensar estratégias de ação, bem como o estabelecimento de canais de denúncia.

Algumas questões se apresentavam como complexas, desde aquela época, e exatamente por isso houve uma preocupação para que fosse garantida a participação na semana dos principais interessados e responsáveis pelo acompanhamento dos casos e estabelecimento de punições em cada unidade.

Ao longo dos últimos anos, alguns desses casos e outros foram trazidos formalmente à tona. Não se sabe se porque eles aumentaram ou se porque as vítimas finalmente sentiram-se, após repercussão de debates e campanhas, mais seguras para realizarem denúncias formais das violências, rompendo de forma mais ampla com o silêncio de seus sofrimentos.

⁷ Relato da então Diretora de Ações Afirmativas da UFJF, Professora Carolina Bezerra, ao Coletivo.

O que se tem realmente evidenciado, de acordo com relatórios produzidos pela Ouvidoria Especializada da Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF⁸, é que a Instituição vem recebendo diversas denúncias e relatos de estudantes, professoras, TAEs e funcionárias terceirizadas sobre casos de assédio, abuso sexual e estupro, praticados por docentes, discentes, TAEs e funcionários terceirizados. Isso corresponde à manifestação de um problema social e cultural no interior da Universidade, o que demanda de modo urgente produção de dados e de ações que façam frente a esse cenário, os quais nem sempre as instâncias institucionais dão conta de produzir sozinhas.

Desse modo, a criação do Coletivo, estruturado por meio de projeto de extensão aprovado em 2018, potencialmente amplia as possibilidades de desvelamento desse conjunto de violências de gênero e de construção colaborativa de respostas institucionais adequadas ao enfrentamento da cultura de estupro, respostas que aumentem a liberdade das mulheres na Universidade para circulação de suas ideias e de seus corpos.

Sementes de Marielle: as ações do coletivo

Na primeira reunião do Coletivo de Mulheres da UFJF, visando ao combate da cultura do estupro no ambiente universitário, decidiu-se o nome que a iniciativa levaria. Por sugestão de uma integrante, a pesquisadora Iuli Melo, deliberou-se a responsabilidade e pertinência de se tomar emprestado o nome de Marielle Franco, vereadora carioca, bissexual, preta, periférica, executada, juntamente com o motorista Anderson, no dia 14 de março de 2018, em circunstâncias e por razões ainda não totalmente apuradas pelo Estado brasileiro.⁹

A sugestão foi recebida na forma de um arpejo coletivo, por tudo que simboliza Marielle e pela grande responsabilidade que o nome imporia ao Coletivo. Quantas Marielles morrem diariamente? Quantas vidas de gente preta, indígena, são violentamente ceifadas diariamente no Brasil por um projeto político genocida, patriarcal, racista e heteronormativo, sem o devido registro social? Como pontua Thula Pires:

o lugar de poder ocupado por Marielle a aproximou de uma zona (a do ser) e abriu a porta para que seu sangue fosse sentido em outras cercanias. Mas, ela nunca ocupou verdadeiramente esse lugar. E, foi a morte brutal e sem ameaças anteriores que fortalecem essa hipótese. Estava-se diante de corpos que habitam a zona do não ser. Sobre eles, historicamente se pode dispor, violentar e matar sem necessidade de aviso ou ameaças. São corpos sobre os quais, normalmente, não há luto. Não que a zona do não ser não chore, não vele os seus e suas, não seja corroída a cada vida perdida. Mas, sua dor não é reconhecida como dor válida. Como dor humana. Como dor política. (PIRES, 2018).

Ao refletir sobre essas questões, suscitadas pela sugestão do nome, o grupo compreendeu que o Coletivo, ainda que marcado por vivências muito distintas do “ser mulher”, tinha em comum o privilégio do acesso à academia e que só havia também “registrado” a vida e a morte de Marielle por conta dessa transposição da zona do não ser. Tomar seu nome emprestado seria uma maneira de colocar para si a tarefa de constantemente pensar o feminismo a partir da interseccionalidade, da multiplicidade de violências que atravessam os corpos que não ocupam espaços de poder, como a Universidade, os poderes estatais, entre outros, a tarefa de problematizar os próprios privilégios e a de não se deixar seduzir por respostas que legitimem sistemas que, como o penal, estruturam-se pelo patriarcado, pelo racismo e outras discriminações.

⁸ <http://www.ufjf.br/diaaf/ouvidoria-especializada/relatorios/>

⁹ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/12/politica/1552413743_367093.html

Dessa reflexão, nasceu o nome do Coletivo “Marielle Franco – Mulheres UFJF” e foram acordadas algumas referências mínimas de atuação para esse grupo tão diversificado de mulheres no combate à cultura do estupro. A partir de então o Coletivo realizou vários acolhimentos de vítimas de violências de gênero, em especial, de assédio sexual e moral, acompanhou o andamento dos processos de apuração de denúncias (sindicâncias, processos administrativos disciplinares), buscando fortalecer as vítimas com informações e apoio psicológico, procurou dialogar com os espaços institucionais que formalmente se responsabilizam por esses processos, cobrando práticas e respostas adequadas às relações de gênero.

O Coletivo organizou um evento para seu lançamento oficial, no dia 08 de novembro de 2018: “Sororidade e Resistência”, que contou com a presença de Anielle Franco, irmã de Marielle; compondo rica programação voltada à capacitação da comunidade acadêmica da UFJF e da comunidade externa. A programação compreendeu ainda exibição do documentário “Precisamos falar de assédio”, dirigido por Paula Sacchetta, que por meio de vídeo se dirigiu ao público do evento detalhando aspectos da produção; apresentações artísticas diversas; e mesas de debate, com a participação da pesquisadora Ana Flávia d’Oliveira, da Rede Não Cala, de Professoras e Pesquisadoras pelo Fim da Violência Sexual e de Gênero na USP¹⁰.

As beneficiárias diretas e imediatas das ações acima relatadas do projeto são as mulheres que estudam, trabalham, habitam, circulam e vivem na universidade, em razão da constituição de um espaço mais seguro de escuta e acolhimento qualificados para vítimas de violência de gênero e pela potencialidade de, com essas e as futuras ações do Coletivo, a UFJF se tornar um ambiente em que haja uma sociabilidade menos hierarquizada e matizada pelas desigualdades de gênero. Os beneficiários secundários e mediatos do projeto são professores, TAES, funcionários terceirizados, estudantes da UFJF, que, com a atuação preventiva e pedagógica do Coletivo (eventos, oficinas, campanhas), poderão problematizar suas próprias ações e se capacitar minimamente para relações de gênero.

Conclusão

O foco de atuação do Coletivo Marielle Franco – Mulheres UFJF é de extrema relevância para a formação discente, já que estamos em uma sociedade permeada por relações desiguais e hierárquicas de gênero e raça, considerando apenas esses dois marcadores sociais. Além disso, muitas estudantes estão adoecendo e não conseguindo concluir seus cursos e estudos quando estão envolvidas em casos de assédio. Essas alunas quando sofrem assédio na universidade param suas pesquisas e estudos, pois há uma desestabilidade emocional enorme, podendo até mesmo chegarem ao suicídio.

Sendo assim, o impacto deste projeto coletivo na formação discente é enorme, pois contribui para o não adoecimento discente e para a produção de um ambiente de estudo e pesquisa mais igualitário e acolhedor. O projeto pretende ainda contribuir para a produção de dados que amparem pesquisas sobre assédio nas universidades, na trilha de pesquisas similares já realizadas em universidades brasileiras e estrangeiras. Compõem a equipe colaborativa do projeto integrantes que inclusive já conduzem pesquisas em torno desse específico objeto, a exemplo das estudantes de Mestrado, vinculadas ao GESED, e da pesquisa coordenada pela Professora Célia Arribas, no Centro de Pesquisas Sociais da UFJF, sobre a percepção acadêmica do tema na UFJF.

Acredita-se que a execução plena do projeto por essas integrantes e as demais, que também acumulam experiência no trato das relações de gênero, propiciará uma nova dimensão de produção de dados e diagnósticos, mediante troca de saberes e lentes transdisciplinares,

¹⁰ <https://www2.ufjf.br/noticias/2018/11/09/nao-ha-outra-forma-de-seguirmos-se-nao-for-juntas/>

potencializando realização de pesquisa empírica sobre violência de gênero, a ser conduzida por mulheres, com diferentes experiências e lugares de fala¹¹ sobre gênero.

As atividades de extensão propostas neste projeto estão voltadas para intervir na comunidade acadêmica da UFJF, partindo do princípio de que a universidade expressa as contradições sociais e os preconceitos existentes na sociedade. Diante das diferentes denúncias apresentadas e apuradas nesta instituição, nota-se de forma evidente que a universidade não está alheia e pouco difere de todo o ambiente que a cerca, podendo ser vista como uma espécie de “microcosmo” da sociedade devido à forma com que reproduz as desigualdades e violências de gênero.

Mesmo com o seu caráter elitista, a universidade ainda pode representar, em determinados aspectos, a sociedade na sua esfera cotidiana.

Dessa forma, o fato de a UFJF já atuar externamente em temas sobre violência contra mulheres, mas, até o momento, não se voltar para si mesma, não ter atuação extensionista comprometida especificamente com o combate à cultura do estupro no próprio ambiente universitário demonstra a necessidade de um projeto como este, amparado em perspectiva educacional crítica, para atenuar esta enorme contradição.

Espera-se, ainda, que tais ações subsidiarão a permanência das mulheres nos espaços acadêmicos e institucionais, garantindo a continuação de sua formação profissional, uma vez que se desestimulem a ocorrência de novos casos de violência, que acarretam a desmotivação, e, como consequência, a evasão de mulheres da universidade, por motivos tão diversos, como o medo de retaliações, o medo de ser culpabilizada e revitimizada por discursos públicos, o receio de sofrer menosprezo intelectual e profissional, a dolorosa necessidade de revisitar os ambientes onde ocorreram as violências, a perspectiva de depender de professores ou orientadores agressores para o avanço acadêmico e profissional (como em disciplinas obrigatórias, provas ou bancas de pós-graduação e concursos), dentre outros.

Ressalta-se, ainda, que a Universidade é tomada, em nossa sociedade, como uma referência da produção de conhecimento e de pensamento crítico, tornando-se, portanto, premente que deixe de reproduzir e perpetuar estruturas sociais e discursos que fomentam a cultura do estupro, a cultura de subalternização dos corpos femininos, e de que decorrem as diversas violências contra a mulher, do plano discursivo à violência última do feminicídio.

Referências

CONNELL, Raywen. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, n.20, v.2, p.185-206, 1995;

CONNELL, Raywen. MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, maio 2013;

FARIA, Lívia. VELOSO, Leandro. PAULINO, Alessandro. Entre o dito e o não dito: discursos sobre homossexualidades no curso de gênero e diversidade na escola. In: *Diversidade Sexual e de Gênero na Educação*. MATTOS, Zaine (org.). UFJF, 2013;

JANSSEN, Daniella. Assédio sexual? Professor aluno. Disponível em: <<http://phmp.com.br/artigos/o-assedio-sexual-professor-e-aluno/>> acesso em junho de 2018;

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. Loyola. São

¹¹ “[...] o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017, p. 69).

Paulo, 1998o Paulo, v. 28, n. 1, 151-162. 2002;

LOURO, Guacira Lopes, Uma Leitura da História da Educação sob a perspectiva de gênero. In: *Projeto Historia*: Revista Programa de Pós-Graduação de História da PUC-SP (on-line) São Paulo, 11 de novembro de 1994. Disponível em:< <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11412/8317> > acesso em Janeiro de 2017;

LOURO, GUACIRA LOPES; MEYER, DAGMAR ESTERMANN. Gênero e educação. In: *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 513-514, 2001;

MONOSSETO, Grazi. O silêncio que ecoa: a cultura do estupro no Brasil. Disponível em < <http://lugardemulher.com.br/o-silencio-que-ecoa-a-cultura-do-estupro-no-brasil/>> acesso em agosto de 2017;

PIRES, Thula. Não solte a minha mão, que eu não soltarei a de vocês. In: *Empório do Direito*. Coluna Empório Descolonial de 19 de março de 2018. Disponível em: <https://emporiოდireito.com.br/leitura/nao-solte-a-minha-mao-que-eu-nao-soltarei-a-de-voces> acesso em março de 2018;

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017;

SANTOS, Vilma Canazart dos. Índícios de sentidos e significados de feminilidade e de masculinidade em aulas de Educação Física. *Motriz: rev. educ. fis. (Online)* [online]. 2010, vol.16, n.4 [cited 2018-02-05], pp.841-852;

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/%20185058/.../Gênero-Joan%20Scott.pdf>> acesso em agosto de 2017;

SOUSA, Renata Floriano de. *Cultura do estupro*: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2017, vol.25, n.1, pp.9-29;

SMITH, Merrill D (editor). *Encyclopedia of Rape*. London, Greenwood Press, 2004.